

CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS ATA DA 3ª REUNIÃO

Realizada no Mini auditório da SRH/MMA - Brasília - DF

Data: 12/09/2000

Início: 14:30 h – Término: 18:00 h

PARTICIPANTES:

- 1-Ministério da Ciência e Tecnologia:Dr. Carlos Oiti Berbert (oiti@cnpq.br)
- 2-Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Sudeste:Dr. Elcio Linhares Silveira (elciols@uol.com.br)
- 3-Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário:Dr. João Carlos Simanke de Souza – AESBE (jsimanke@ajato.com.br / jsimanke@sabesp.com.br)
- 4-Ministério da Agricultura e AbastecimentoDr. Luiz Novais de Almeida (lnovais@agricultura.gov.br)
- 5-Pescadores e Usuários de Água para o Lazer:Dr. Carlos Divino de Maria (carlosd@rioquenteresorts.com.br)
- 6-Indústrias: Dra. Isaura Pinho (isaura@cverd.com.br)
- 7-Ministério das Minas e Energia: Dr. Thales de Queiroz Sampaio (thales@cprm.gov.br)

PALESTRANTES CONVIDADOS:

- Dr. Roberto Alves Monteiro - Gerente do Projeto de Implementação dos Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Dr. Roberto Coimbra - Gerente do Projeto do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SRH/MMA (roberto.coimbra@mma.gov.br)

CONVIDADOS/PRESENTES :

- Carlos Frederico Ribeiro Gonçalves - SRH/MMA (carlos-frederico.goncalves@mma.gov.br)
- Luiz Amore – DPE/SRH/MMA (aquiferoguarani@ig.com.br)
- Maria de Lourdes Pereira dos Santos - IGAM/DDH (iude@igam.mg.gov.br)
- Frederico Cláudio Peixinho - CPRM (peixinho@cprm.gov.br)
- Isaac Goes de Queiroz - SRH/BA (isaac@lognet.com.br)
- Francis Priscilla Vargas Hager - SRH/MMA (ffvargas@terra.com.br)
- Emanuel Teixeira de Queiroz - DNPM (emanuel@dnpm.gov.br)
- Marcelo Taylor de Lima - CVRD - (marclima@horiz.com.br)
- Marco J. M. Neves - SRH/MMA - (mneves@snirh.gov.br)
- Luiz Antonio Barbosa - SEMARH/DF - (luizgeo@ig.com.br)
- Aldo Benedito Pierri - ASSEMAE - (daae.arq@netsite.com.br)
- Og Arão Vieira Rubert - SRH/MMA - (orubert@snirh.gov.br)
- Francisco Antônio Braga Rolim – SRH/MMA – (frolim@snirh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

O Dr. Simanke abriu a reunião dando boas vindas a todos e deu início aos trabalhos passando a palavra ao Dr. Roberto Monteiro que iniciou a apresentação, tratando dos trabalhos da Gerência de Implementação dos Instrumentos da Política-GIP/DPI/SRH/MMA, com a contextualização da questão da outorga no âmbito

legal/institucional destacando os aspectos de domínio, usos múltiplos além da sistemática em vigor para obtenção da outorga. Informou ainda a existência de uma proposta de resolução a ser encaminhada ao CNRH sobre a questão da outorga, estando marcada uma reunião para discussão do tema dia 21.09.2000. Ficou acertado que o Dr. Oiti vai participar dessa reunião como representante da CTAS. O Dr. Simanke informou que já providenciou a oficialização da indicação do Dr. Oiti como representante da CTAS na CT de Outorga. O Dr. Elcio questionou a relação de precedência outorga/licenciamento ambiental (outorga preventiva ou prévia) e a necessidade de uma maior interação entre os respectivos órgãos. O Dr. Roberto Monteiro esclareceu afirmando que a nível federal a outorga preventiva ficou definida na Lei 9984 e deverá ser utilizada quando da efetiva operação da Agência Nacional de Águas - ANA. Dra. Isaura questionou, se o domínio das águas subterrâneas é estadual, onde entra a ação federal e o Dr. Roberto Monteiro esclareceu que a outorga das águas subterrâneas é de competência dos estados, com as exceções da água mineral, termal, potável de mesa, e definição de critérios de qualidade para potabilidade ou produção de bebidas. Dr. Roberto Coimbra, Gerente do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos-SNIRH/DPE/SRH/MMA, deu início a sua apresentação informando que o trabalho de sua gerência é o de aglutinador dos dados produzidos pelos organismos do sistema. Informou ainda sobre a existência de uma resolução do CNRH tratando da questão do SNIRH, que define o papel dos órgãos envolvidos, entre eles, a ANA, que tem atribuições de coordenação. Após uma apresentação geral do sistema, o Dr. Roberto Coimbra, passou a palavra ao Dr. Braga para tratar dos dados referentes às águas subterrâneas no SNIRH, que em sua apresentação informou que os dados a serem disponibilizados tratarão de diversos aspectos, incluindo além da localização dos poços cadastrados, os aspectos geológicos, climáticos, tipo de uso/ocorrência, etc. O Dr. Simanke agradeceu aos palestrantes e afirmou que a CTAS objetiva contribuir, participando da concepção e desenvolvimento do banco de dados referente as águas subterrâneas e ficou satisfeito de saber que a questão das águas subterrâneas não está esquecida e que está sendo considerada pela SRH em seus trabalhos. Dr. Simanke, solicitou aos palestrantes cópia do material referente as suas apresentações, em meio digital, para distribuir aos participantes da CTAS. O Dr. Aldo Pierre sugeriu a importância de se levantar e divulgar no site do SNIRH, os custos, por região, de perfuração de poços, o que ajudaria no trabalho de estimativa de custos dos projetos, e o Dr. Roberto Coimbra aproveitou a oportunidade para solicitar colaboração no sentido de sugerir mudanças e conteúdos para o site do SNIRH. O Dr. Oiti sugeriu a inclusão, no banco de dados do SNIRH, dos mapas hidrogeológicos da América do Sul, disponíveis na CPRM. O Dr. Amore informou que tais mapas apresentaram problemas para o georreferenciamento em função do sistema de projeção utilizado. Em tempo, o Dr. Oiti esclareceu que tal problema já foi solucionado. O Dr. Roberto Coimbra entregou em mãos ao Dr. Simanke o material impresso relativo ao SNIRH. O Dr. Simanke deu sequência à reunião lendo a ata da 2ª reunião e, após indicadas as alterações pelos membros da CTAS, informou que tão logo incorporadas, a ata será disponibilizada para divulgação na Internet. Em seguida, como parte do item assuntos gerais da pauta, deu-se início à discussão da versão preliminar do plano de trabalho distribuído previamente via e-mail. O Dr. Simanke abriu a discussão do plano de trabalho informando que as sugestões do Dr. Amore foram incorporadas e que o item "tópicos de legislação" foi objeto de projeto de lei que esteve em tramitação no Congresso Nacional, tendo sido, após longo período, retirado de pauta, mas que poderiam ser retomados após análise por essa CT e encaminhados ao CNRH na forma de resolução. O Dr. Divino levantou

a questão do uso da água termal para outros usos que não os previstos e o Dr. Simanke lembrou que essa questão relaciona-se ao cumprimento da legislação já existente, ou seja, envolve fiscalização e justiça, não cabendo, portanto, ação por parte da CTAS. Dr. Elcio lembrou que o uso do solo é uma questão municipal, que o licenciamento ambiental é uma questão estadual e que o problema do uso irregular é comum e envolve qualquer tipo de água e não só a termal, e que deveríamos ter algum tipo de controle, talvez tendo como foco o perfurador, com objetivo de se manter um sistema de cadastro de poços para facilitar o trabalho de fiscalização e controle. O Dr. Isaac informou que o lucro das empresas de perfuração vem da manutenção dos poços e eles não teriam interesse em divulgar tais dados em função da concorrência. O Dr. Aldo Pierre questiona se há controle da vazão dos poços. O Dr. Elcio informa que o controle é feito a posteriori, pelo hidrômetro. O Dr. Luiz Barbosa informa que no caso de Brasília é necessária uma licença para perfuração e o poço que não a tem é ilegal, mas acredita que só isso não é suficiente pois grande parte dos poços são irregulares. O Dr. Elcio sugere que toda empresa perfuradora seja credenciada no órgão gestor e que seja necessária licença para perfuração de cada poço, informando local, coordenadas, nome do usuário, tipo de poço/utilização, pois não há cobrança sem outorga e cadastro. O Dr. Amore observa que a Constituição Federal de 1988 - CF/88 criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SNGRH, cuja primeira atribuição é a gestão integrada das águas, e lembra que os conflitos por água não interessam a ninguém. Faltam apenas os mecanismos para possibilitar o tratamento integrado das águas e que nesse caso os interesses não são divergentes, sendo que o papel do SNGRH e do CNRH, em particular, é a convergência. Complementando, a Dra. Maria de Lourdes sugere que a CTAS participe do processo de discussão do Projeto de Lei 1616, que trata do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos - SNGRH. Sugeriu que seja feita uma análise do Projeto de Lei 1616 para ser discutida pelos membros da CTAS, propondo alterações no referido projeto. O Dr. Elcio lembra que deverão ser estabelecidas na forma de diretrizes e que na CF/88 a água não é um bem do estado e sim da sociedade, por ser um bem público, e os estados tem apenas o domínio em uma parcela das águas subterrâneas, já que no caso de água mineral, termal e potável de mesa o domínio/competência é federal. A Dra. Maria de Lourdes lembrou que a discussão do Projeto de Lei 1616, dia 20/09/2000, deveria ser acompanhada pela CTAS e sugeriu que fosse incluído na pauta da próxima reunião da CTAS a análise do projeto de se transformar o DNPM em Agência Nacional de Mineração, devendo ser convidado um representante do DNPM que pudesse tratar do assunto. O Dr. Oiti sugeriu que se conseguisse anteriormente o texto com a proposta de criação da Agência Nacional de Mineração, não sendo ainda necessário uma apresentação do DNPM; o que foi aceito por todos. Dra. Isaura propôs uma alteração no texto preliminar do plano de trabalho, pois o processo de rebaixamento do lençol é inerente ao processo de mineração, segundo seu entendimento. O Dr. Simanke achou conveniente excluir os exemplos apresentados no texto e solicitou à Dra. Isaura elaborar sugestões para o parágrafo que trata do tema, que deverão ser enviadas à presidência da CTAS para posterior incorporação ao plano de trabalho, após análise pelos membros da CTAS. Ficou também acertado que na próxima reunião da CTAS o tema do rebaixamento do lençol seria novamente debatido para melhor adequação do plano de trabalho. O Dr. Aldo Pierre solicitou mais tempo para analisar o plano de trabalho da CTAS junto ao segmento que representa, o que foi aceito por todos. O Dr. Oiti sugeriu que em cada um dos instrumentos previstos pela Lei 9433 deveriam ser analisados pela CTAS sob o ponto de vista das águas subterrâneas e citou o exemplo do enquadramento de recursos

hídricos, onde não se trata das águas subterrâneas e aproveitou para entregar ao presidente da CTAS a última versão do manual para enquadramento, ainda em fase de elaboração, para ser distribuído aos demais membros da CTAS, para conhecimento, análise, discussão e posterior encaminhamento de sugestão ao grupo de trabalho específico. Dra. Isaura informou a existência de um trabalho da SABESP tratando da qualidade das águas subterrâneas e ficou de consegui-lo para distribuição aos membros da CTAS. Todos comentaram sobre a dificuldade de se tratar de enquadramento das águas subterrâneas, mas o Dr. Oiti acredita ser possível e que deve ser tentado. O Dr. Amore concorda com o Dr. Oiti pois acredita que o momento é apropriado, pois a questão está sendo discutida no âmbito do SNGRH, uma vez que a CTAS e o CNRH são fóruns que têm a participação de todos os setores interessados. Dr. Oiti lembra que é estratégico estarmos acoplados às definições sobre águas superficiais. Dr. Amore solicitou o apoio do Dr. Elcio e do Dr. Oiti para redigir uma proposta de resolução a ser encaminhada ao CNRH tratando da questão águas subterrâneas em cada um dos instrumentos previstos pela política nacional de recursos hídricos, o que foi aceito por todos. O Dr. Thales afirmou que a expansão de nossa percepção sobre a não separação das águas subterrâneas das superficiais ou meteóricas é ponto fundamental de nossos trabalhos e que princípios como conservação e parceria deverão ser valorizados cada vez mais pela sociedade. O Dr. Oiti entregou às mãos ao presidente da CTAS e aos demais participantes, cópia do CD georeferenciado com o levantamento das fontes de águas subterrâneas do Ceará, conforme acordado na última reunião. A próxima reunião ficou marcada para o dia 17/10/2000 em Brasília, no mini auditório da SRH/MMA, com início às 9:30h, tendo como pauta: 1. Discussão do plano de trabalho; e 2. Discussão da minuta de proposta de resolução ao CNRH objetivando o tratamento integrado das águas subterrâneas nos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. O Dr. Simanke encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Carlos Frederico Ribeiro Gonçalves
Relator

Aprovada na Reunião de 17/10/2000